



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0000308-33.2023.5.12.0014

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 20/04/2023

Valor da causa: R\$ 233.697,20

Partes:

RECLAMANTE: GRAZIELI ECCO

ADVOGADO: APARECIDO JERONIMO DA SILVEIRA

ADVOGADO: ADRIANO JOAO BOLDORI

ADVOGADO: GUSTAVO YUDI HIRATSUKA

RECLAMADO: BRAVE - EVENTOS LTDA - ME

ADVOGADO: RICARDO DIOGO MEDEIROS DE ARAUJO

ADVOGADO: Vanessa Ferreira Buratto

RECLAMADO: BRAVE BRASIL ADMINISTRACAO DE ATIVOS LTDA

ADVOGADO: RICARDO DIOGO MEDEIROS DE ARAUJO

ADVOGADO: Vanessa Ferreira Buratto

RECLAMADO: RBX PARTICIPACOES EIRELI

ADVOGADO: RICARDO DIOGO MEDEIROS DE ARAUJO

ADVOGADO: Vanessa Ferreira Buratto

RECLAMADO: RAFAEL BROGNI

RECLAMADO: RICARDO DO PRADO AGUIAR MARTINS

ADVOGADO: ANDRE FELLIPE CARDOSO ANGIOLETTI

RECLAMADO: RMX PARTICIPACOES EIRELI

PERITO: GIZELE FERNANDES CIPRIANO

LEILOEIRO: SUSAN ANDRIELLI DA SILVA

ADVOGADO: SUSAN ANDRIELLI DA SILVA



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS**

Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, nº. 1588, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88015-700
E-mail: 2vara_fns@trt12.jus.br - Telefone: (48) 3216-4432

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Sr. Dr. Juiz do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a alienação judicial dos bens penhorados nos autos do processo abaixo identificado, que será conduzido pela Leiloeira nomeada, **SUSAN ANDRIELLI DA SILVA**, JUCESC sob n.º AARC/560, através da plataforma eletrônica **www.superaleiloes.com.br**, de acordo com as regras expostas a seguir:

PROCESSO N.º. 0000308-33.2023.5.12.0014 - CLASSE: Ação Trabalhista - Rito Ordinário

EXEQUENTE: GRAZIELI ECCO (CPF: 043.564.379-77)

EXECUTADO: BRAVE - EVENTOS LTDA - ME (CNPJ: 08.973.272/0001-80), BRAVE BRASIL ADMINISTRACAO DE ATIVOS LTDA (CNPJ: 26.129.139/0001-23), RAFAEL BROGNI (CPF: 035.705.829-14), RBX PARTICIPACOES EIRELI (CNPJ: 25.111.109/0001-27), RICARDO DO PRADO AGUIAR MARTINS (CPF: 072.763.349-02) e RMX PARTICIPACOES EIRELI (CNPJ: 29.702.241/0001-64)

DATAS: 1º Leilão no dia 13/10/2025, com encerramento às 13:00 horas, quando somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o 2º Leilão, no dia 23/10/2025, com encerramento às 13:00 horas, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) da avaliação, exceto nos casos em que há reserva de meação ou copropriedade. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais ao fechamento do leilão, serão acrescidos 03 minutos a partir do horário do recebimento do último lance ofertado para o término do leilão.

REPASSE: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados, novamente em “repassé”, por um período adicional de 1 (uma) hora, em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repassé) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

DÉBITOS DA AÇÃO: R\$ 249.180,33 (duzentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta reais e trinta e três centavos), em 31 de outubro de 2024.

DO BEM: 01) Apartamento nº 802, localizado no 8º pavimento Tipo do Edifício Chateau Blanc Residence, situado na rua Victor Meirelles, esquina com a Avenida Marechal Castelo Branco, nº 252, Distrito de Campinas, no município e comarca de São José/SC, com área real privativa de 153,710m², área real de uso comum de 23,902m², área real total de 177,612m² e fração ideal do terreno de 24,539m² ou 1,431%. O terreno em que se encontra construído o referido edifício é designado pelos lotes nº 135 e 136 da quadra 11 e possui a área total de 1.715,00m². Imóvel matriculado sob o nº 4.135 do 3º Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC, avaliado em R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais), em 11 de julho de 2025; **02)** Vaga de garagem dupla nº 33, vinculada ao Hobby Box 33, localizados no pavimento térreo do Edifício Chateau Blanc Residence, situado na rua Victor Meirelles, esquina com Avenida Marechal Castelo Branco, nº 252, no Distrito de Campinas, no município e comarca de São José/SC, com área real privativa de 25,720m², área real de uso comum de divisão não proporcional de 19,250m², área real de uso comum de divisão proporcional de 3,779m², área real total de 48,749m² e fração ideal do terreno de 3,880m² ou 0,226%. O terreno em

que se encontra construído o referido edifício é designado pelos lotes nº 135 e 136 da quadra 11 e possui a área total de 1.715,00m². Imóvel matriculado sob o nº 4.136 do 3º do Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC, avaliado em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em 11 de julho de 2025;

03) Vaga de garagem simples nº 73, localizada no 2º pavimento garagem do Edifício Chateau Blanc Residence, situado na rua Victor Meirelles, esquina com Avenida Marechal Castelo Branco, nº 252, distrito de Campinas, no município e comarca de São José/SC, com área real privativa de 12,00m², área real de uso comum de divisão não proporcional de 10,460m², área era de uso comum de divisão proporcional de 1,746m², área real total de 24,206m² e fração ideal do terreno de 1,793m² ou 0,105%. O terreno em que se encontra construído o referido edifício é designado pelos lotes nº 135 e 136 da quadra 11 e possui a área total de 1.715,00m². Imóvel matriculado sob o nº 4.137 do Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC, avaliado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em 11 de julho de 2025.

OBS. Os lotes serão vendidos de forma englobada.

“Em caso de arrematação, deverá ser resguardada a parte cabente a coproprietária MARINA BERKA BROGNI, correspondente a 50%, calculado sobre o valor da avaliação, nos termos do artigo 843, §2º, do CPC.”

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Conforme descrição acima.

AValiação TOTAL: R\$ 1.650.000,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil reais).

LANCE MÍNIMO: R\$ 825.000,00 (oitocentos e vinte e cinco mil reais)

DEPOSITÁRIO(A): Não informado.

ÔNUS: 01) Averbação premonitória nos autos 5137220-71.2022.8.24.0023, em favor de JPI Administração e Incorporação de Imóveis Próprios Ltda., em trâmite no 2º Juízo da Vara de Cumprimentos de Sentença Cíveis e Execuções Extrajudiciais comarca de Florianópolis/SC; Averbação premonitória nos autos 5085257-19.2022.8.24.0930, em favor do Banco Bradesco S/A, em trâmite no 8º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário de Santa Catarina; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000465-84.2023.8.16.0162, em trâmite na Vara Cível de Sertanópolis/PR; Averbação premonitória no processo 5014638-09.2023.8.24.0064, em favor de Drako Administração de Imóveis Ltda., em trâmite na 4ª Vara Cível de São José/SC; Arresto nos autos 0001452-70.2023.8.16.0017, em favor de Fernanda Copinski e OUTROS, em trâmite na 3ª Vara Cível da Comarca de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 5001104-23.2024.8.24.0012, em trâmite na 2ª Vara Cível de Caçador/SC; Indisponibilidade de bens nos autos nº 5000901-61.2024.8.24.0012, em trâmite na 2ª Vara Cível de Caçador/SC; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000254-67.2023.5.12.0014, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0024887-61.2023.8.16.0021, em trâmite na 2ª Vara Cível de Cascavel/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0015150-43.2023.8.16.0018, em trâmite no 1º Juizado Especial Cível de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000150-75.2023.5.12.0017, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001541-93.2023.8.16.001, em trâmite na 7ª Vara Cível de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001797-36.2023.8.16.0017, em trâmite na 6ª Vara Cível de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001464-58.2023.8.16.0058, em trâmite na 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública de Campo Mourão/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0004909-88.2023.8.27.2706, em trâmite na 3ª Vara Cível de Araguaína/TO; Indisponibilidade de bens nos autos nº 5001881-02.2023.8.13.0480, em trâmite na 1ª Vara Cível de Patos de Minas/MG; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0004712-58.2023.8.16.0017, em trâmite na 6ª Vara Cível de

Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 5001760-71.2023.8.13.0480, em trâmite na 1ª Vara Cível de Patos de Minas/MG; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000145-90.2023.5.12.0034, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SP; Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.; **02)** Penhora nos autos 5085257-19.2022.8.24.0930, em favor do Banco Bradesco S/A, em trâmite no 8º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário de Santa Catarina; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000465-84.2023.8.16.0162, em trâmite na Vara Cível de Sertanópolis/PR; Averbação premonitória no processo 5014638-09.2023.8.24.0064, em favor de Drako Administração de Imóveis Ltda., em trâmite na 4ª Vara Cível de São José/SC; Arresto nos autos 0001452-70.2023.8.16.0017, em favor de Fernanda Copinski e OUTROS, em trâmite na 3ª Vara Cível da Comarca de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 5001104-23.2024.8.24.0012, em trâmite na 2ª Vara Cível de Caçador/SC; Indisponibilidade de bens nos autos nº 5000901-61.2024.8.24.0012, em trâmite na 2ª Vara Cível de Caçador/SC; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000254-67.2023.5.12.0014, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0024887-61.2023.8.16.0021, em trâmite na 2ª Vara Cível de Cascavel/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0015150-43.2023.8.16.0018, em trâmite no 1º Juizado Especial Cível de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000150-75.2023.5.12.0017, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001541-93.2023.8.16.001, em trâmite na 7ª Vara Cível de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001797-36.2023.8.16.0017, em trâmite na 6ª Vara Cível de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001464-58.2023.8.16.0058, em trâmite na 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública de Campo Mourão/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0004909-88.2023.8.27.2706, em trâmite na 3ª Vara Cível de Araguaína/TO; Indisponibilidade de bens nos autos nº 5001881-02.2023.8.13.0480, em trâmite na 1ª Vara Cível de Patos de Minas/MG; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0004712-58.2023.8.16.0017, em trâmite na 6ª Vara Cível de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 5001760-71.2023.8.13.0480, em trâmite na 1ª Vara Cível de Patos de Minas/MG; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000145-90.2023.5.12.0034, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SP; Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.; **03)** Penhora nos autos 5085257-19.2022.8.24.0930, em favor do Banco Bradesco S/A, em trâmite no 8º Juízo da Unidade Estadual de Direito Bancário de Santa Catarina; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000465-84.2023.8.16.0162, em trâmite na Vara Cível de Sertanópolis/PR; Averbação premonitória no processo 5014638-09.2023.8.24.0064, em favor de Drako Administração de Imóveis Ltda., em trâmite na 4ª Vara Cível de São José/SC; Arresto nos autos 0001452-70.2023.8.16.0017, em favor de Fernanda Copinski e OUTROS, em trâmite na 3ª Vara Cível da Comarca de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 5001104-23.2024.8.24.0012, em trâmite na 2ª Vara Cível de Caçador/SC; Indisponibilidade de bens nos autos nº 5000901-61.2024.8.24.0012, em trâmite na 2ª Vara Cível de Caçador/SC; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000254-67.2023.5.12.0014, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0024887-61.2023.8.16.0021, em trâmite na 2ª Vara Cível de Cascavel/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0015150-43.2023.8.16.0018, em trâmite no 1º Juizado Especial Cível de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000150-75.2023.5.12.0017, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001541-93.2023.8.16.001, em trâmite na 7ª Vara Cível de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001797-36.2023.8.16.0017, em trâmite na 6ª Vara Cível de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001464-58.2023.8.16.0058, em trâmite na 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública de Campo Mourão/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0004909-88.2023.8.27.2706, em trâmite na 3ª Vara Cível de Araguaína/TO; Indisponibilidade de bens nos autos nº 5001881-02.2023.8.13.0480, em trâmite na 1ª Vara Cível de Patos de Minas/MG; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0004712-58.2023.8.16.0017, em trâmite na 6ª Vara Cível de Maringá/PR; Indisponibilidade de bens nos autos nº 5001760-71.2023.8.13.0480, em trâmite na 1ª Vara Cível de Patos de Minas/MG; Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000145-90.2023.5.12.0034, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SP; Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.

O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o CRI local, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o CRI. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o imóvel, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do imóvel, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que officie as Varas e o CRI para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do(a) Leiloeiro(a).

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973). Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo. Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

MEÇAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior. Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.superaleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer

referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

LEILOEIRA: O Leilão estará a cargo da Leiloeira Oficial ora nomeada, **SUSAN ANDRIELLI DA SILVA**, JUCESC sob n.º AARC/560, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais (Leiloesjudiciais.com.br).

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO/VENDA DIRETA: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.superaleiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site da Leiloeira Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro. Fica a Leiloeira autorizada a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio da Leiloeira www.superaleiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pela Leiloeira), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA: Em caso de imóveis com valor de avaliação igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições: O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses;

As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada;

Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

Caução: Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação;

OBS.: Sobre direito de preferência: Lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.

ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro(a), voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos.

ARREMATAÇÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida à Leiloeira.

PAGAMENTO DA COMISSÃO DA LEILOEIRA: A comissão devida à Leiloeira será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão da Leiloeira será a esta Leiloeira devida.

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor da Leiloeira a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto de Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, a Leiloeira cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo.

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO MOTIVADOS POR ADJUDICAÇÃO, REMIÇÃO OU ACORDO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:

I - Caso haja adjudicação, será devido à Leiloeira Oficial, o importe de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem adjudicado, a ser pago pelo adjudicante.

II - Havendo remição ou acordo, antes da realização do leilão, será devido à Leiloeira Oficial, o importe de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte que remiu ou que postulou o acordo.

III - Será devido à Leiloeira Oficial, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º § 3 da Resolução 236/2016, a ser arcado pelo executado remidor.

Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

LANCES: Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão da

Leiloeira em até 24 horas, a Leiloeira comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação. Na eventualidade da arrematação de determinado lote restar frustrada devido ao não atendimento de requisito necessário pelo arrematante, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, caso haja interesse, a confirmação da arrematação pelo valor por ele ofertado.

VISITAÇÃO: Fica autorizada a visitação dos bens, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características dos mesmos. É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado a Leiloeira a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, fica autorizada a Leiloeira e seus colaboradores, devidamente identificados, a vistoriar e fotografar o(s) bem(ns) constricto(s) de forma externa e interna, e inclusive a acessar as áreas comuns no caso de imóvel(eis) em Condomínio, visando efetuar a divulgação dos bens em seu site. Em caso de resistência/impedimento, deverá a Leiloeira comunicar a situação nos autos.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através da Central de Atendimento da Leiloeira, telefone **0800-707-9272**, Chat no site da Leiloeira e também é possível, encaminhar e-mails com dúvidas à Central, através do link “Fale Conosco” ou diretamente pelo endereço **contato@superleiloes.com.br**.

ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo(a) Juiz(a), pelo Arrematante e pela Leiloeira Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, a Leiloeira Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

CONDIÇÕES GERAIS: A Leiloeira Pública Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigada a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Os licitantes deverão acompanhar a realização do leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pela Leiloeira Oficial para qualquer tipo de informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos da Leiloeira Oficial, serão de responsabilidade unicamente do próprio licitante.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, a Leiloeira Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento à Leiloeira até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) **Brave - Eventos Ltda - Me na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is); Brave Brasil Administracao de Ativos Ltda na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is); Rafael Brogni e seu(a) cônjuge se casado(a) for; Rbx Participacoes Eireli na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is); Ricardo do Prado Aguiar Martins e seu(a) cônjuge se casado(a) for; Rmx Participacoes Eireli na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is)**, bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Publicado e afixado no local de costume, na sede do Órgão, bem como no sítio eletrônico: **www.superaleiloes.com.br**.

Nesta Cidade de Florianópolis/SC, em 22 de agosto de 2025.

VÁLTER TÚLIO AMADO RIBEIRO
JUIZ DO TRABALHO

